

Família, população, desenvolvimento. E a felicidade?

Em um momento no qual o mundo passa por inúmeras transformações e em que a busca de novos paradigmas se impõe com urgência, a família merece uma reflexão séria. Temas como desenvolvimento e controle populacional, papel da família no processo educativo, casamento, mudanças estruturais das famílias são tratados sob o ponto de vista das ciências sociais e também da teologia e da pastoral. Páginas 5 a 8

A caminho da III Assembléia Geral do CLAI

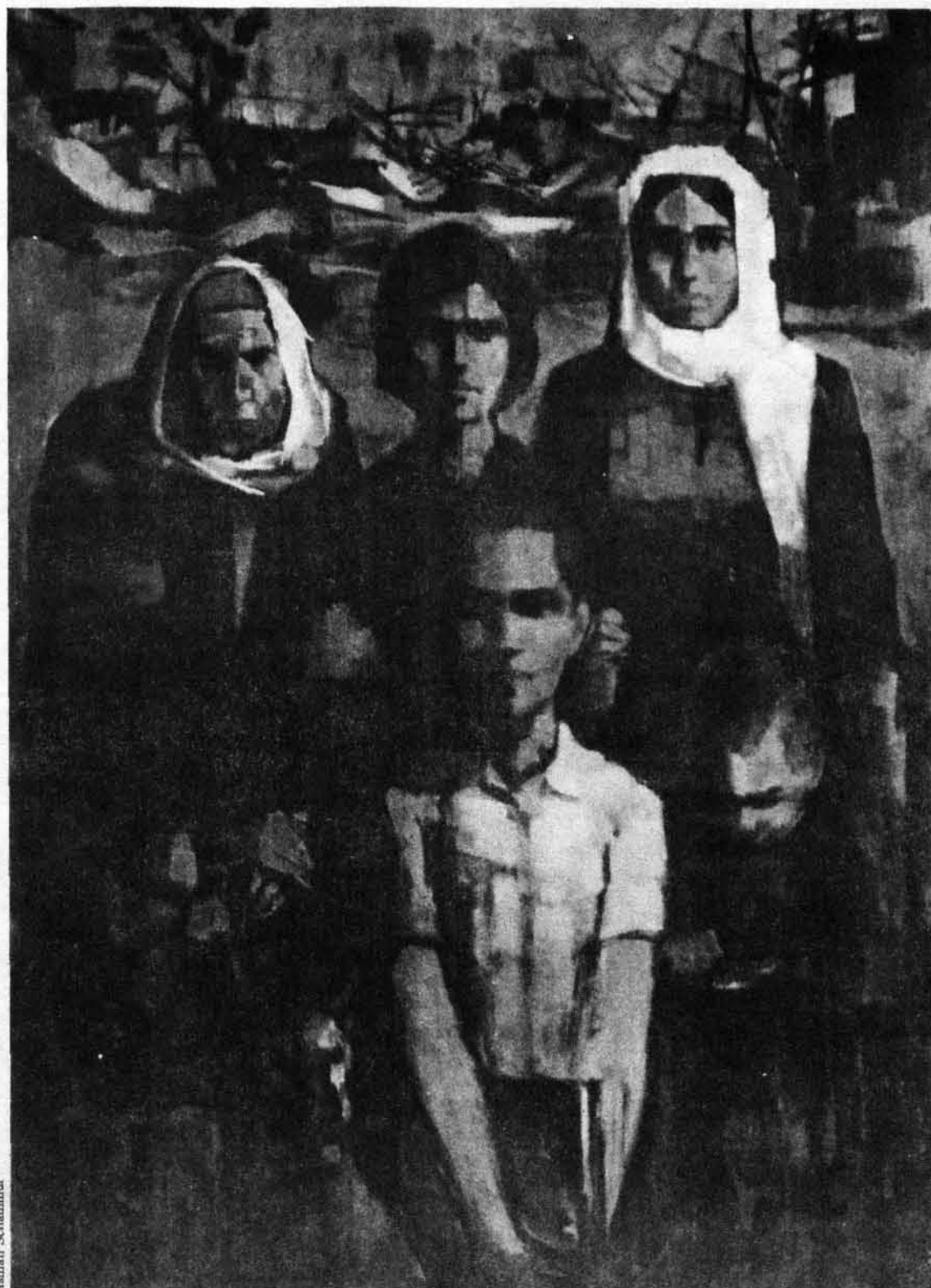
De 25 de janeiro a 1º de fevereiro vai acontecer no Chile a III Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai). Em entrevista exclusiva, o secretário-geral do organismo ecumênico, rev. Felipe Adolf, destaca os últimos preparativos e os temas principais que serão discutidos. Página 3

Novos movimentos religiosos e os demônios

Cresce cada vez mais o mercado de bens simbólicos ligados a demônios. Há uma frenética procura por explicações — normalmente utilitaristas — para um mundo sem explicações. Esses e outros temas são tratados em esclarecedora reflexão do teólogo Leonildo Silveira Campos. Página 10

Reforma protestante

Desafios que a reforma protestante traz à Igreja hoje são apresentados pelo teólogo Mário Bueno Ribeiro. Página 12



Lugar de convívio e de formação do afeto

A população é um termo abstrato de interesse amplo e diverso hoje. Fala-se de crise ambiental, controle do crescimento e disputam-se ainda as mais diferentes formas de compreensão da organização social. No Brasil esses assuntos são cada vez mais aquecidos em distintos ângulos, apesar de não serem novos ou em alguns casos seculares — como as projeções malthusianas. Em meio a essas discussões encontram-se a família e os direitos de reprodução.

Do ponto de vista pastoral, as questões se acumulam em perspectivas que, muitas vezes, tornam mais complexas as reflexões, e outras tantas vitimam qualquer possibilidade de diálogo com o golpe do silêncio.

Será que ainda é necessária muita coragem para tratar temas como casamentos e “des-casamentos”, fertilidade e comunhão sem filhos?... Sem desviarmo-nos das questões, partindo de seus extremos, ao menos podemos e, de modo eficaz e fraterno, devemos atentar para as mudanças em curso na vida familiar.

A busca da felicidade de muitos tem tropeçado em alterações de forma sem a apropriada modificação de conteúdos: nas hierarquias; na quantidade de afeto e de tabus; e nos papéis desempenhados na família. Mais que a discussão da reprodução está em jogo também a vivência da graça. A capacidade de inovação sem “modernismos” dos espaços vitais e nucleares menores, escolhidos pela população como forma mínima adotada para viver o amor. Se a esse lugar de convívio e formação do afeto se chama família, é, sem dúvida, ainda um alicerce vital de nossa sociedade.

As mudanças e desafios atuais trouxeram ao jornal CONTEXTO PASTORAL a oportunidade e tarefa de reabrir um debate, de certo modo difícil, mas sempre presente.

CARTAS

Escreva para Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais – CEBEP – Rua Rosa de Gusmão, 543, 13073-120, Campinas/SP, ou para Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI – Rua Santo Amaro, 129, 22211-230, Rio de Janeiro/RJ.

Aos editores do CONTEXTO PASTORAL,

Com grande tristeza, li o artigo “Heróis e Canalhas” (n.20, maio-junho/94). Infelizmente ainda existem pessoas (pastores e líderes também) que acreditam que o Brasil será melhor quando os militares estiverem outra vez no poder.

Graças a Deus, esta informação pode chegar às igrejas, onde a maioria das pessoas sabe da história aquilo que foi “conveniente” contar.

Parabéns ao CONTEXTO PASTORAL. Sigam em frente, Jesus garante!

Rosinete Marques Melgaço Ferreira
Rio de Janeiro/RJ

Prezados responsáveis pelo jornal CONTEXTO PASTORAL,

Tenho recebido com regularidade o jornal CONTEXTO PASTORAL. Dele tenho tirado subsídios para trabalho com grupo de jovens crismandos, para reflexão, bem como para estudo em sala de aula. É uma publicação que enriquece muito nossa caminhada em busca de justiça, fraternidade e igualdade.

(...) Espero que a equipe responsável pela publicação CONTEXTO PASTORAL seja sempre animada pela força que impulsiona para um mundo melhor, cumprindo assim o compromisso de divulgar a boa-nova que anima a todos os leitores.

Maria do Carmo Barbosa Galdino
Contagem/MG

(...) Alegro-me muito receber um exemplar de CONTEXTO PASTORAL. Peço que continuem me enviando essa publicação. Creio que é muito importante tratar de multiplicar os contatos entre o Brasil e o Caribe, particularmente esta Conferência de Igrejas.

Adolfo Ham
Coordenador Regional para Reflexão Teológica
Conferência Caribenha de Igrejas

À redação de CONTEXTO PASTORAL,

Folheio com atenção e simpatia os números de CONTEXTO PASTORAL e DEBATE correspondentes a julho-agosto/94. Ambos redigidos em bom português, o que, no Brasil, já constitui nota positiva. Vejo nessas publicações nomes de pessoas inteligentes. Há dois ou três trabalhos de conotação ideológica patente, inclinados politicamente, o que não me parece propósito dessas publicações.

Porém o que, na realidade, me traz a escrever-lhes é uma revelação surpreendente que vem no artigo “Experimentar o Deus da Vida”, de Paulo Cezar Botas (“Debate” n.10). Ali, a um suposto desafio de São Domingos de Gusmão, São Francisco de Assis teria supostamente respondido: “Para chegar a Deus, são necessárias duas coisas: muitos lazes e preguiça”. Há, em todo o artigo, a visível intenção de fazer o espiritualoso. Mas como a “resposta” do santo de Assis brutalmente se opõe a tudo o que ele era e ensinava, sendo de todo inimaginável uma *boutade* dessas até mesmo em seu pensamento, peço, por caridade, ao autor do artigo que me forneça alguma pista sobre a fonte escrita em que possa ter colhido, quer o despautério, quer a lenda toda.

Frei Elzeário Schmitt, OFM
Gaspar/SC



CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral do
Centro Evangélico
Brasileiro de Estudos
Pastorais – CEBEP

(Rua Rosa de Gusmão, 543
– 13073-120, Campinas/SP.
Tel. e fax 0192-41-1459) e
do Centro Ecumênico de
Documentação e
Informação – CEDI
(Rua Santo Amaro, 129 –
22211-230, Rio de
Janeiro/RJ.

Tel. 021-224-6713 e
fax 021-221-3016)

Editores

Luiz Carlos Ramos
Magali do Nascimento Cunha

Editores assistentes

Carlos Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia
(MTb 18.481)

Diagramação
Anita Slade

Fotolito e impressão
Tipológica Comunicação
Integrada

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
R\$ 0,50

Assinatura anual
R\$ 5,00

Assinatura de apoio
R\$ 6,00

Exterior
US\$ 15,00

Os artigos assinados não
refletem necessariamente
a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Uma publicação conjunta do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Assinatura anual: R\$ 5,00
Assinatura de apoio: R\$ 6,00
Exterior: US\$ 15,00
Número avulso: R\$ 0,50

Os pedidos de assinatura, acompanhados com cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral – Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073-120, Campinas/SP.

“É POSSÍVEL CONSTRUIR UMA SOCIEDADE SOLIDÁRIA E JUSTA”

ENTREVISTA COM FELIPE ADOLF
Por Paulo Roberto Salles Garcia

“Renascer para uma esperança viva” é o tema da III Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), que será realizada em janeiro de 1995. Para falar desse encontro e da história do organismo ecumênico, o secretário-geral Felipe Adolf concedeu a seguinte entrevista ao CONTEXTO PASTORAL.

Como estão os preparativos para a Assembléia?

Podemos falar de dois momentos. O primeiro diz respeito à participação direta das igrejas e organismos-membros e ao diálogo iniciado com vistas a compartilhar nossas esperanças e experiências. Por meio do Caderno Motivador, será possível recolher reflexões a fim de que os delegados cheguem preparados à reunião. O segundo momento refere-se ao processo preparatório em termos continentais, por um lado, e o trabalho de organização especificamente em Santiago e Concepción. Já foi estabelecida uma comissão de bispos e presidentes das igrejas, com representantes das igrejas-membros do CLAI, além de outros dois comitês, responsáveis pelos aspectos de logística e infra-estrutura. A maioria das igrejas e organismos-membros já confirmaram participação, além de igrejas e organismos da Europa, Estados Unidos, Canadá, África e Ásia.

Por que o tema “Renascer para uma esperança viva”? Qual sua importância para o movimento ecumênico latino-americano?

O tema da esperança tem norteado toda a trajetória do Conselho Latino-Americano de Igrejas. Todos temos visto o CLAI como uma aventura de fé, de esperança e de solidariedade. De fato, não poderia ser de outro modo em um continente no qual impera hoje uma cultura da desesperança. A única resposta possível daqueles que crêem no amor e na ação redentora de Deus é proclamar que as coisas não ficarão como estão para sempre, que o sacrifício tem que acabar, que é possível construir uma sociedade solidária, participativa, democrática e justa. Renunciar a essa tarefa é negar nossa razão de ser como Igreja de Jesus Cristo.

Com relação ao tema da III Assembléia, cremos que o renascer, a conversão a Jesus Cristo devem levar-nos a projetar uma esperança viva. É muito interessante a discussão dessa questão teológica do renascimento e da esperança para a vida, porque pode ajudar-nos a definir melhor a identidade do evangélico no Continente.

O quadro de exclusão dos povos do Terceiro Mundo está sendo objeto de inúmeras discussões entre cristãos e não-cristãos, em função de suas graves consequências, como miséria, pobreza, marginalização, etc. Haverá espaço para esse debate na Assembléia? Como as igrejas têm tratado essas questões?

Entre os temas que definimos como possíveis pautas de trabalho do CLAI para os próximos anos incluem-se: promoção e defesa da vida, e justiça, paz e esperança solidária. O mercado está-se convertendo em modelo; todavia as transformações econômicas dos últimos anos, sob a égide do neoliberalismo, não têm significado melhoria na situação de pobreza e marginalização da maioria das populações. Vemos casos — como da Argentina e da Venezuela, por exemplo — em que a proposta neoliberal provocou prejuízos sociais graves. O tema é bastante complexo, especialmente porque a nossa denúncia se mostra efetiva, mas, por outro lado, não temos sido capazes de visualizar e articular propostas ou modelos econômicos alternativos.

As igrejas vêm abordando esses temas sob diversas formas, que vão desde a análise dos processos de integração econômica e suas consequências sociais, entre os quais o Mercosul, até ações práticas de solidariedade com setores marginalizados.

Que caminhos serão trilhados após a III Assembléia?

Alguns programas que temos desenvolvido nestes anos devem ter continuidade, com a inclusão de novos elementos. Por exemplo, hoje vemos a questão da saúde sob uma perspectiva integral; quando falamos de desenvolvimento, não podemos dissociá-lo da questão do meio ambiente; estamos introduzindo o tema do testemunho e educação para a paz dentro do eixo temático que tem a ver com a justiça, a paz e a esperança solidária. A partir da III Assembléia vamos dar maior aten-



Douglas Mansur

ção à formação integral de quadros e à capacitação sistemática de pastores e animadores para a tarefa de evangelização. Também vamos trabalhar em definições teológicas sobre meio ambiente, violência, Aids, homossexualidade, entre outros.

Como avalia estes anos de atuação do CLAI?

Quando o CLAI foi fundado em 1978 em Oaxtepec, México, os representantes de 110 igrejas chegaram com um pouco de esperança e bastante temor. Os primeiros anos de caminhada foram mais intuitivos e menos programáticos, durante os quais adquirimos uma presença continental mais efetiva e afirmamos nosso compromisso com a causa ecumênica, a paz, a justiça e a tarefa evangelizadora.

O CLAI tem dado sua palavra e atuado em áreas que geralmente se encontram na fronteira da missão da Igreja. Nos últimos anos trabalhamos temas que, em círculos evangélicos, eram considerados tabus, como Aids, separação e divórcio, luta contra o racismo e pela paz na América Central, e revalorização das culturas aborígenes.

Outro aspecto a ser realçado diz respeito ao êxito obtido no sentido de criar e consolidar um caminho nas relações entre católicos e protestantes na América Latina. Isso ficou claro nos três encontros de bispos e pastores em torno de temas que desafiam às igrejas. Deve-se ressaltar, todavia, que esse diálogo continua restrito.

Portanto, podemos dizer que o CLAI tem consolidado sua presença e tarefa no Continente, e converteu-se num importante referencial de um significativo

segmento evangélico na América Latina e Caribe.

Qual a importância do CLAI para o movimento ecumênico continental?

Após quinze anos de criação do CLAI, fazemos um balanço positivo, e isso se deve fundamentalmente a que nunca tivemos a pretensão de apresentarmos-nos como o único caminho, nem como melhor, mas como lugar de encontro, de diálogo, de cooperação, que nos permitiu dar testemunho da unidade na missão. Temos mantido essa linha de diálogo e de respeito, mas também de coerência teológica e política.

A entidade tem sido capaz de apoiar um número de iniciativas ecumênicas locais e também de caráter continental, que reforçam o marco interdenominacional. A rede de liturgia e seus excelentes resultados para o conjunto das igrejas da região, ou o apoio que temos dado aos jovens para que eles estabeleçam seus próprios programas e sejam sujeitos de uma pastoral juvenil, são alguns exemplos.

A maior importância do CLAI para o movimento ecumênico, enfim, é que ele tem mostrado sua capacidade de promover a unidade do povo cristão na América Latina como expressão e como sinal e contribuição à unidade de todo o povo latino-americano.

Ante à proximidade do terceiro milênio, quais são os principais desafios para o movimento ecumênico na América Latina?

Em primeiro lugar, devemos avançar do nível da denúncia ao propositivo no que diz respeito ao econômico. Existem algumas experiências locais que mostram possibilidade de se criarem opções e novos caminhos. Esta tarefa tem que estar acompanhada de um sério trabalho teológico que nos permita elaborar novos paradigmas, para que os cidadãos e cidadãs do próximo século sejam capazes de superar o individualismo, a violência e a desconfiança, e comprometer-se com relações humanas baseadas no respeito e na solidariedade.

Outro desafio é o de criar um projeto ecumênico que, sem ignorar o caráter universal, seja genuinamente latino-americano. Esse movimento, para ser fiel à sua razão de ser, terá que seguindo testemunho da esperança contra toda esperança.

“Como proclamar Deus num mundo sem coração”

Oferecer elementos para a compreensão da condição do atual processo de ajuste econômico, que aumenta, de um lado, a pobreza da maioria e, de outro, a riqueza da elite. Este é o objetivo da série de seminários promovidos pelos Conselhos Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Latino-Americano de Igrejas (Clai) — Região Brasil — e Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Os seminários pretendem levar a perceber a sutileza do processo idolátrico presente na lógica do sistema de mercado e no neoliberalismo que sustenta a atual forma de dominação.

Os próximos eventos serão realizados em Vitória (ES),

nos dias 17 a 20 de novembro, e Cuiabá (MT), entre 24 e 27 de novembro. Maiores informações e inscrições: Conic (051-224-5724) ou Clai (011-531-8220).

Jornada reúne pessoas de todo o País

Mais de quatrocentas pessoas de todo o País e também do exterior participaram de 11 a 16 de outubro em Mendes (RJ) da 1ª Jornada Ecumênica. O evento foi promovido pelo Programa de Assessoria à Pastoral e KOINONIA — Presença Ecumênica e Serviço, em conjunto com o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e Coordenadoria Ecumênica de Ser-

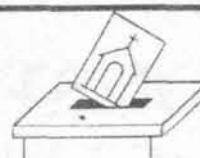


viço (Cese). O objetivo foi discutir sobre os impasses e desafios do movimento ecumênico diante dos desafios que o fim do milênio apresenta aos cristãos. Na próxima edição de CONTEXTO PASTORAL, cobertura completa do encontro.

A serviço dos poderosos

As instituições financeiras internacionais servem de maneira crescente aos interesses dos poderosos e dos centros econômicos do Norte, denunciou o secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Konrad Raiser, em conferência internacional realizada no Parlamento Europeu.

Segundo Konrad Raiser, o CMI deve somar esforços juntamente com grupos da sociedade civil e organismos não-governamentais para formular e promover alternativas que sejam expressão genuína das aspirações do povo. (*Rápidas*, agosto/94)



ELEIÇÕES E IGREJAS

Carta ao futuro presidente pede atenção à agricultura

“O pequeno agricultor está sendo estrangulado pela falta de assistência e de estímulo. Prossegue a concentração das terras, dando continuidade ao êxodo rural, ao inchaço dos bolsões de miséria nas cidades, aos acampamentos de sem-terra e aos conflitos rurais daí decorrentes”. Estas são algumas das constatações apresentadas pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na “Carta aberta ao futuro presidente da República”, enviada a todos os candidatos e distribuída à imprensa.

De acordo com a nota, o futuro do Brasil se decide no campo, daí a necessidade de “reorientação da política agrária no País”. Para a IECLB, “é fácil

demonstrar o benefício que a promoção da agricultura familiar acarreta”, como produtividade superior a do latifúndio, absorção de excedentes de mão-de-obra, melhor preservação do solo, diminuição do fluxo migratório e distribuição da renda da produção.

É fundamental um “ordenamento agrário consciente da relação entre produção, bem-estar social e preservação ambiental”, conclui a nota, acrescentando que a “solução para os graves problemas que afligem a Nação” passa pela resolução dos problemas agrários hoje existentes.

“O novo governo a ser eleito está comprometido com as esperanças por mais justiça e honestidade. Rogamos a Deus e rogamos por Deus que não seja ignorado o reclamo”.

ESPAÇO DO LIVRO

CONFLITOS NA FAMÍLIA. O QUE FAZER?

APRENDENDO A SER FAMÍLIA

Ruth M. Schwingel
Coleção Crer e Viver —
Volume 11
São Leopoldo, Editora
Sinodal, 1994

O casamento pode ser um pedaço do paraíso! No entanto, quando olhamos ao redor, parece que a situação das famílias não é bem assim. Estamos dispostos, como marido e mulher, como filhos, a assumir uma atitude de aprendizes, de quem está em constante processo de aprendizagem? Ou não estamos dispostos a assumir novas condutas, novas posturas na família?

Ruth M. Schwingel, psicóloga e autora do livro “Aprendendo a ser família”, recentemente lançado pela Editora Sinodal, tem uma proposta: “(...) através de uma comunicação adequada, muitos desses conflitos podem ser evitados ou sanados, chave para um casamento feliz e compensador”.

O livro oferece orientação e pistas para lidar com os conflitos na educação dos filhos, na área da sexualidade, na administração do lar, na meia-idade. Ruth conclui seu livro com uma sentença: “Procurar solução para os problemas é vida; entregar-se a eles é morte!”.

(Por João Artur Müller da Silva — Ed. Sinodal)

Índios Tremembé ameaçados de morte

Os índios tremembé estão vivendo momentos difíceis, pois suas lideranças têm sofrido ameaças de morte em função da luta pela terra em Almofala, município de Itarema (CE). A denúncia partiu de integrantes da Missão Tremembé e do Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME). Segundo o relato, grande parte da área indígena está ocupada por posseiros — grandes empresas de coco e de pesca (com apoio oficial), e médios e pequenos produtores.

A área indígena dos Tremembé de Almofala já foi delimitada e feita a identificação oficial pela Funai em julho do ano passado. O processo está concluído, e depende agora de

decisão do Ministério da Justiça. Todavia, vários processos tramitam na Justiça Federal do Ceará contra a demarcação das terras.

Recentemente, um grupo de famílias iniciou na área demarcada um trabalho de preparo para o plantio de mandioca. Desde então, estão sofrendo sérias ameaças de morte e tocaias por parte dos empresários e posseiros. Além disso, após a vitória eleitoral de um candidato aliado aos empresários, correm boatos de que os Tremembé perderão a questão jurídica e serão expulsos.

Outros grupos indígenas no Nordeste vivem momentos difíceis na luta pela terra, como os Tapeba (Ceará) e os Xukuru-Kariri (Alagoas).



CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (de 1962 a 1965)

Quando, em 1959, o então Pontífice da Igreja Católica, João XXIII, anunciou a realização de um Concílio Ecumênico, tomou o mundo e a própria Igreja de surpresa, assim como sua interpretação unionista causou ampla ressonância nas igrejas cristãs.

O Concílio Vaticano II foi o centro no qual se encontraram aquelas correntes de pensamento católico que haviam levado a sério os “sinais dos tempos”, procurando desenvolver instrumentos de interpretação da Revelação capazes de dialogar com o pensamento moderno mais avançado.

Foi o Concílio que deu a conhecer ao mundo católico a existência de diversos teólogos que, tendo abandonado o anterior discurso apologético e agressivo, por um lado, tinham a oferecer perspectivas sobre o mundo do trabalho, sobre o progresso

e a justiça social, análises e avaliações críticas das modernas formas de opressão dos povos, idéias sobre colaboração internacional, família, educação, vida sexual etc., e por outro lado, haviam repensado as relações entre fé e teologia, fé e ciência, fé e política e ainda católicos e outras confissões cristãs e católicos e ateus.

O quadro geral, dentro do qual se inscrevia a idéia do Concílio, era o movimento de reforma interna, em que, a partir da missão para fora, se organizaria a Igreja por dentro. “A unidade não era objeto do Concílio, mas a sua causa final. A união dos cristãos se colocava, assim, numa posição subordinada, mas relevante e urgente, para poder tender ao seu escopo último, a unidade de toda a família humana em Cristo.” (Cf. Gabriele Cipriani. *Itinerário ecumênico de João XXIII*. São Paulo, Paulinas, 1985, p.63).

Mudanças nas estruturas familiares brasileiras: propostas de interpretação

Ana Maria Goldani

Dado que as famílias não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram, tem sido difícil para os estudiosos da família brasileira interpretar as mudanças nas estruturas familiares no tempo.

A visão dicotômica — entre o tradicional e o moderno — que toma em conta modelos de família, elaborados com base nas classes dominantes (rurais) e nas classes médias (urbanas), já não satisfaz. Não só por suas limitações como modelos interpretativos associados a uma concepção de família e de tipologias de família, mas também porque obscurece a realidade da maioria das famílias brasileiras que pertencem às chamadas camadas populares.

O conhecimento acumulado sugere que para a maioria das famílias brasileiras — das chamadas camadas populares — suas precárias condições de vida maiormente responderiam por sua estrutura, ou seja, tamanho e organização interna.

Nesta perspectiva, as famílias mais pobres, sobretudo das periferias urbanas, iriam-se formando, expandindo e contraindo dentro de um quadro de pre-

Para a maioria das famílias brasileiras — das chamadas camadas populares — as precárias condições de vida maiormente responderiam por sua estrutura, ou seja, tamanho e organização interna

cariedade de condições de vida que definiriam suas opções. Assim, tanto o fenômeno de ampliação dos núcleos familiares, via integração de parentes ou não parentes, como o incremento das famílias conviventes via associação entre núcleos familiares, responderiam em grande medida a fatores concretos de condições de vida desta população.

A variedade de arranjos domésticos dos grupos populares — onde sobressai a presença de famílias monoparentais, sobretudo mulher com filhos — é atribuída à maior instabilidade do vínculo conjugal, fato que tem alimentado o mito da desorganização familiar entre os pobres. Arraigado entre os mais di-

ferentes setores profissionais e/ou acadêmicos, este mito adquire características de perversidade e estigma na medida em que influi no comportamento daqueles que nele acreditam e serve para desqualificar o pobre.

Processo contínuo de reestruturação

Na verdade, os estudos empíricos mostram que nas famílias de trabalhadores urbanos ou rurais a preferência é pelo modelo nuclear conjugal — com elevado número de filhos, com uniões legais e duradouras — e que as rupturas destas famílias ocorreriam, fundamentalmente, quando da incapacidade do homem, por alcoolismo ou migrações transitórias, em manter sua responsabilidade de pai-provedor.

Organizadas ao redor do trabalho remunerado do chefe-homem e do trabalho doméstico da mulher-mãe, a maioria das famílias das camadas populares está permanentemente ameaçada pelos baixos salários e pelo desemprego. Esta pressão produz seus efeitos: mulheres, jovens e crianças são lançados no mercado de trabalho. Deste modo, há um processo contínuo de reestruturação dessas famílias. Uma das interpretações é de que, como unidade de cooperação econômica, as famílias pobres “forçam e reforçam” a solidariedade entre seus membros e a casa própria aparece como um grande valor.

Para as famílias brasileiras das camadas médias urbanas, entretanto, não seriam as restrições materiais que responderiam, primordialmente, pelos arranjos familiares alternativos. Estes estariam relacionados à insatisfação com o modelo hegemônico em um contexto de abertura no leque das opções individuais e estilos de vida.

A respeito da diversificação entre os segmentos médios da população e a correlata associação com os padrões de consumo de bens materiais e simbólicos, predomina entre as famílias das camadas médias o modelo nuclear conjugal. Ao mesmo tempo, aumentam as experiências de vínculos afetivo-sexuais variados e com moradias separadas, o contingente de mulheres optando pela maternidade fora da união formalizada e mesmo a opção pelo celibato entre homens e mulheres. As famílias das camadas médias estariam tornando-se mais igualitárias na medida em que homens e mulheres são percebidos como iguais como indivíduos, mas di-

Como unidade de cooperação econômica, as famílias pobres “forçam e reforçam” a solidariedade entre seus membros

ferenciados pessoal e idiossincraticamente.

Desse modo, na linha das diferenças entre famílias de camadas populares e médias destaca-se a representação sobre a família em cada um destes grupos sociais. Nas famílias de camadas médias a lógica do individualismo substituiria a da solidariedade das camadas populares no processo de enfrentamento com a sociedade inclusiva. De fato, o núcleo doméstico seria um *locus* de harmonia e os conflitos seriam vistos como disruptivos e ameaçadores do projeto familiar de ascensão social característico nas camadas médias.

Na discussão mais recente sobre as mudanças na família destaca-se a contribuição do Projeto “Família e Valores” do Centro João XXIII do Rio de Janeiro. Ao considerar a família como “um universo de valores, ou seja, um campo de visibilidade da excludente modernidade brasileira”, os resultados do projeto enfatizam a ocorrência de mudanças e permanências. No quadro das desigualdades de uma “modernidade excludente” haveria uma hegemonia das áreas metropolitanas brasileiras, sobretudo, quando se trata de “verdadeiras portas arrombadas no quadro de valores”, tal como ilustram os dados de aceitabilidade do divórcio e da maternidade entre as solteiras.

Haveria uma dimensão invisível da mudança social na combinação do “moderno e o arcaico” que geraria a nova família brasileira, aponta Sérulo Figueira (“O papel da psicanálise no entendimento da construção da subjetividade”, in *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Coedição Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987). Para esse autor seria central o imaginário, as emoções, a fantasia, o desejo, enfim, o sujeito. Seria assim a reflexão sobre o sujeito e seu papel no processo de mudanças sociais que permitiriam entender a convivência do arcaico e do moderno bem como clarificar suas condições sociais e subjetivas. A “psicanálise” das camadas médias intelectua-

lizadas e o fenômeno da convergência de comportamentos, embutidos na modernidade, seriam um exemplo. A vigência de um “complexo patriarcal” na organização social, econômica e política brasileira também ajudaria a entender a multiplicidade de códigos culturais na parcela “urbana moderna” da sociedade brasileira. Os princípios de autoridade do homem sobre a mulher, dos mais velhos sobre os mais novos permaneceriam vigentes, ainda que relativizados pelo desenvolvimento das instituições políticas e sociais.

Convergência de padrões

Finalmente, na perspectiva das crescentes semelhanças entre as estruturas dos arranjos domésticos brasileiros, aproximando-se de padrões internacionais observados, o que por sua vez coincide com tendências demográficas similares, remetem à tese da convergência de padrões e a uma rediscussão das teorias sobre a modernização. Nesta polêmica perspectiva a busca de explicação para as semelhanças passaria, necessariamente, pela revisão e compreensão do que aconteceu com as diferenças, como sugere Elizabeth Bilac (“Convergências e Divergências nas estruturas familiares no Brasil”. GT Família e Sociedade, ANPOCS, XIV Congresso da ANPOCS, Caxambu, MG, 1990). Isto porque, mesmo reconhecendo que a associação direta entre tipos de família e estrutura de classes é “metodologicamente errônea e heurísticamente pobre”, a autora enfatiza a dificuldade de compreender a relação família e sociedade sem tomar em conta a estrutura de classes sociais. Contribuindo para esse debate, Mary Garcia Castro (“Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos”. In: *Estudos Feministas*, CIEC/ECO/UFRJ, 1992) chama a atenção para a alquimia das categorias sociais — raças, gênero e geração —, na construção da subjetividade, e destaca que “a estrutura de classes condiciona práticas, mas não as determina, nem limita alianças construídas em nome de interesses de algumas categorias sociais”.

Ana Maria Goldani é professora do Departamento de Sociologia da Unicamp e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu) e do Núcleo de Estudos de População (Nepo).

Artigo extraído de texto publicado em Cadernos Pagu nº1/1993, IFCH/Unicamp.

População e desenvolvimento: desafios para a Igreja

Dagmar Silva Pinto de Castro

Estamos no clima da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Queiramos ou não, isso nos leva a agendar um tema bastante polêmico que é a discussão sobre população. Temos percebido que em vários momentos tem-se associado equilíbrio do planeta e do meio ambiente à questão populacional.

Além dessas discussões, não podemos deixar de mencionar as solicitações de ajuste estrutural, de caráter neoliberal, impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países empobrecidos.

O tom das discussões a respeito da população gira em torno de gráficos, números, projeções, com os quais técnicos, a serviço de grandes grupos, buscam provar que o equilíbrio do planeta está associado à diminuição da população. Há o grande fantasma da explosão demográfica. O que nos surpreende é que esse discurso remonta a aproximadamente dois séculos com o "Ensaio sobre o princípio da população", de Thomas Malthus. Há semelhanças nos discursos atuais das tão questionáveis teses *malthusianas*.

Somado a isso, vemos que a liberação de verbas pelo Banco Mundial aos países empobrecidos está sendo condicionada à implantação de políticas de controle da natalidade.

O consenso desses grandes grupos (FMI, Banco Mundial e outros) é o estabelecimento de estratégias que visem aumentar os recursos financeiros para programas internacionais de planejamento familiar. Está clara a opção política de ter como meta a queda dos níveis de fecundidade dos países do Sul.

Um olhar mais atento nos mostra a contradição desses argumentos da explosão demográfica, uma vez que países do Norte estão em plena campanha para o aumento da taxa de fecundidade de seus compatriotas. E sabemos que uma criança empobrecida, que nasce em um país do Sul, consome doze vezes menos em recursos naturais do planeta que uma criança do Primeiro Mundo. No caso específico do Brasil, o que temos visto nos últimos anos é um decréscimo na taxa de fecundidade.

As altas taxas de natalidade estão associadas à população empobrecida que não tem acesso à educação e à saúde integral.

A população empobrecida, alvo dos programas de planejamento familiar, que recebe financiamentos de fora do Brasil, é a mesma que se vê expropriada de seu direito básico de poder decidir sobre seu corpo.

Essa discussão sobre a população

mundial encobre algo mais profundo que é a manutenção da ordem mundial. É muito mais cômoda a diminuição da taxa de fecundidade dos países do Sul do que a revisão das relações injustas e excludentes.

Se olharmos mais atentamente para a realidade brasileira, aquilo a que assistimos é uma política de planejamento familiar encobridora. Uma atuação próxima à população empobrecida negadora dos direitos à cidadania e a serviço dos interesses mundiais. É muito mais fácil diminuir a taxa de fecundidade do que rever a escandalosa concentração de renda e de exclusão social presente em nosso país. É menos trabalhoso financiar esterilização em massa do que investir na saúde integral da mulher.

A partir destas reflexões fica mais compreensível o incômodo diante das políticas de controle populacional veiculadas em nosso país.

Temos clareza que esta análise da questão populacional deve contemplar discussões mais amplas e sérias. Devemos atentar para a realidade específica de cada país quando da discussão populacional. Não podemos analisar a situação de todos os países do Terceiro Mundo a partir de nossa realidade local. Sabemos que temos pontos comuns, mas também diferenças quanto a território geográfico e outros. Por exemplo, é possível discutir a ocupação do espaço territorial e utilização das reservas naturais com os mesmos parâmetros de outros países que possuem extensão geográfica diferente da nossa? Há nuances significativas que devemos levar em conta. Contudo, isso não anula a reflexão e a discussão quanto à forma como vem sendo conduzido o tema da população, que desemboca na questão ecológica.

Desafios para a Igreja

Diante do panorama nacional e internacional, não podemos nos omitir como Igreja. É preciso coragem de privilegiar em nossa agenda a discussão sobre o planejamento familiar e o controle da natalidade. Está claro que isso implica assuntos polêmicos, mas temos o compromisso social de nos confrontarmos com eles. Sabemos que, mesmo como igrejas cristãs, temos posicionamentos diferentes; por exemplo, a Igreja Católica se opõe a todo tipo de planejamento familiar que inclua métodos contraceptivos não-naturais.

Essa diferença de posicionamentos, como igrejas, não pode nos levar a ser-

mos omissos nessa temática. Enquanto não nos abirmos à discussão ampla do tema estaremos, com o nosso silêncio, atendendo a interesses escusos de um programa canibalesco global no qual, dia a dia, homens e mulheres se vêem expropriados de sua dignidade e cidadania.

Uma saída viável é a discussão dos direitos reprodutivos de forma intimamente ligada à cidadania; esta é uma das grandes contribuições das mulheres à discussão da cidadania.

Quando ampliamos o conceito de

É muito mais cômoda a diminuição da taxa de fecundidade dos países do Sul do que a revisão das relações injustas e excludentes

planejamento familiar para a esfera do direito reprodutivo, a contracepção passa a ser um dos itens na agenda da discussão. O exercício pleno da cidadania, no caso dos direitos reprodutivos, passa em primeiro lugar pela mulher. É a partir do corpo da mulher que o exercício do direito reprodutivo acontece. Entendendo direito com seu sentido ético e político.

A esfera da decisão, de ter ou não filhos, passa a ser um direito; e as mulheres, como cidadãs, podem decidir com a parceria do homem quando e como ter filhos. Caberá ao Estado o dever de prover para que haja condições para o exercício do direito reprodutivo. Decisão esta a ser acompanhada de uma visão crítica da situação local, como sujeitos inseridos num espaço geográfico e global, pois fazemos parte de um planeta chamado Terra, o qual habitamos.

Pistas para reflexão

A partir da discussão acima, propomos algumas pistas para serem trabalhadas pelas comunidades e/ou organizações religiosas:

- Estimular fóruns de debate para discussão do que é ser família hoje, levando-se em conta as transformações no campo das relações sociais de gênero, a economia, a política, a história, etc.;
- Criar e implementar pastorais que contemplem a discussão dos direitos reprodutivos;
- Analisar documentação e pesquisas recentes sobre a situação da saúde no Brasil;

- Denunciar o mau uso do dinheiro público e a corrupção presente nos serviços de saúde;

- Pressionar para que o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) saia do papel para o concreto vivido;

- Veicular informações sobre os grupos que atuam no Brasil com planejamento familiar, quais os reais objetivos e de onde recebem as verbas para execução dos trabalhos;

- Descobrir quais as pesquisas que estão em andamento no campo da contracepção, quais estão sendo veiculadas nos países do Terceiro Mundo (inclusive no Brasil). Ampliar a discussão das experiências realizadas com medicamentos contraceptivos (como é o caso do Norplant) e de fertilidade em mulheres do Terceiro Mundo;

- Discutir o tema "População e Desenvolvimento";

- Abrir espaços para reflexão do que é desenvolvimento (dentro das necessidades humanas e não da lógica do mercado), revendo os padrões de organização social a partir das necessidades e direitos dos indivíduos, dissociando as noções de bem-estar e felicidade de consumo;

- Discutir sobre ética e bioética do cotidiano, ampliando para além das fronteiras de nosso país a compreensão da situação global do planeta.

Como cristãos, não podemos nos calar diante da nova ordem neoliberal mundial. Os objetivos estão claros quanto à busca do equilíbrio do meio ambiente via controle do crescimento populacional. As estratégias e atuações estão voltadas para que as metas sejam atingidas num tempo relativamente curto. Não sejamos ingênuos a ponto de acreditarmos que isso vai-se realizar sem o emprego da coerção e da violência. Está claro que este é o caminho escolhido pelos grandes grupos e contra o qual devemos levantar nossas vozes proféticas de anúncio e de denúncia das práticas de controle populacional impostas a nós, países do Terceiro Mundo.

Desejamos poder habitar responsavelmente nosso planeta e termos o direito de, conscientemente, participar em sua manutenção para as próximas gerações.

Dagmar Silva Pinto de Castro é coordenadora do Programa de Pastoral da Mulher (Cebep) e assessora do Projeto Família, do Instituto de Pastoral da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista.

O papel da família no processo educativo

Danilo R. Streck

Para a maioria de nós a família tem uma conotação de proximidade e de afetividade. Ela evoca lembranças que deixaram fortes marcas em nós. Ela é também, via de regra, o contexto mais imediato em que nos movimentamos. Por isso, ao escrever sobre o assunto é quase inevitável que as impressões subjetivas se misturem com os dados objetivos, e seria necessário um esforço redobrado para explicitar as entrelinhas. Infelizmente o breve espaço não o permite.

Esta mesma família — controvérsia, multiforme, amada e odiada, boa ou má — representa uma espécie de termômetro da sociedade. Nela se refletem de maneira muito acentuada tanto as mudanças culturais quanto a situação econômica. Os sintomas, todos sabemos, são os mais diversos, desde os conflitos entre as gerações até a violência física. Não é por menos, também, que nos momentos de crise costuma-se voltar a atenção à família, seja como tábua de salvação ou como fonte dos males da sociedade. Olhemo-la, por um momento, do ponto de vista do processo educativo.

A teia que nos sustenta e educa

Somos como que sustentados por uma imensa teia de instituições que se complementam e entrecruzam em nosso cotidiano. Desde que, de manhã, tomamos o primeiro copo de leite (oriundo do sítio de um membro de cooperativa) até o telejornal preferido (levado ao ar por uma das grandes emissoras de TV), nossa vida é perpassada pelas mais diversas instituições. Cada uma delas tem suas funções específicas e, mesmo que não tomemos consciência, nos “educa”. Dentro dessa teia institucional ampliada e diversificada a família teve o seu papel educativo enormemente modificado, com algumas das tarefas sendo assumidas por instituições especializadas.

Sem dúvida, a escola passou a ser a instituição educativa por excelência. Em sua luta pela instrução de todas as crianças, Lutero insistia para que as autoridades seculares mantivessem escolas, mesmo que a educação fosse responsabilidade primeira dos pais. Havia, para ele, três razões para isso: a) porque alguns não se interessam; b) a maioria é incapaz porque também não aprendeu mais do que encher o estômago; e c) porque os pais carecem de tempo e oportunidade para instruir seus filhos. Este desejo da escola pública realiza-se com a Revolução Francesa, ago-



A família não é apenas mais um fio nesta imensa rede institucional que nos envolve e educa, mas uma espécie de ponto de sustentação da rede

ra também com o intuito de anular as diferenças originadas do berço e proporcionar uma base igual para o desenvolvimento de todas as pessoas.

No entanto, a realidade foi mostrando que educação é muito mais do que escola. Assim, as pesquisas na área da sociologia da aprendizagem descobriram que para o sucesso na escola é importante não apenas a motivação ou os recursos do lar, mas também a coincidência entre a linguagem aprendida em casa, num determinado contexto social, e a linguagem exigida pela escola. A área psicológica começou a ver que a recusa de aprender é muitas vezes devida a interditos aprendidos na família ou mesmo à incapacidade de fazer a afetividade fluir entre educandos e educadores, impedindo a “lubrificação” das engrenagens da aprendizagem. Portanto, um problema anterior e externo à sala de aula.

Começa-se hoje a ver também que a televisão, por mais negativo que seja o conteúdo dos programas, não consegue ter o efeito devastador que a um momento se lhe atribuía. Mesmo os sofisticados truques que definitivamente atraem as crianças não deixam de passar pelo filtro que é formado pelas experiências primárias do contato face-a-face na família. Naturalmente há filtros de tipos e qualidades diferentes.

Em resumo, a diversificação dos agentes educacionais não elimina nem substitui a família, mas lhe dá novos contornos e atribuições. Pode-se dizer até que a família não é apenas mais um fio nesta imensa rede institucional que nos envolve e educa, mas ela é uma espécie de ponto de sustentação da rede. Neste sentido, como observou um so-

ciólogo da educação, Ronald Lippit, os pais continuam carregando a maior parcela de culpa pelos eventuais fracassos na educação das crianças e dos jovens, mas ao mesmo tempo são eles os agentes educativos que recebem menos apoio e capacitação para a sua tarefa.

Contar a hi(e)stória

Seguindo na trilha das especializações, a escolarização passou a ser o paradigma básico para a educação na Igreja. Mas também aqui se redescobre que o nutrir e o crescer na fé não podem ser reduzidos à eficiência das classes e aos conteúdos programados. Na América Latina, o movimento de educação não-formal, especialmente na educação popular, contribuiu e continua contribuindo para redirecionar o enfoque no sentido de ligar o ensino com a prática efetiva dos cristãos na comunidade e na sociedade.

Um modelo clássico para a educação religiosa na família pode ser encontrado no livro de Deuteronômio (capítulo 6). No texto é recomendado primeiramente que o povo guarde os estatutos de Deus, que faça “o que é reto e bom aos olhos do Senhor” (v. 18). Portanto, a prática da fé no cotidiano é a base na qual se origina e funda a instrução.

O filho, um dia, perguntará o porquê desses estatutos, juízos e testemunhos (v. 20). A vida de fé não elimina ou despreza as perguntas. Pelo contrário, elas são o ponto de partida para o ensino. Seguem-se então o belo e conhecido relato dos feitos de Deus (v. 21-25). É a narração da hi(e)stória desse povo com

o seus Deus. Também quando o povo é interpelado a memorizar ou participar de rituais litúrgicos, o objetivo é sempre o mesmo: ajudar as pessoas a encontrar o seu lugar nesta narrativa tornada ação.

O texto sugere algumas perguntas e lições muito relevantes para nós hoje. Em primeiro lugar, qual é a prática que serve de suporte para o que ensinamos na comunidade e na Igreja? Escutamos as perguntas que as pessoas, especialmente as crianças e jovens, estão fazendo? Ou evitamos as perguntas por meio de algumas respostas prontas de nossos catecismos?

Em segundo lugar, o texto ajuda a “des-especializar” o ensino, devolvendo-o à comunidade. É simplesmente contar a hi(e)stória. Ou, como disse uma moradora de periferia urbana ao ser perguntada se ela também ensinava: “Hoje eu também ensino onde posso. Eu acho que todos podemos ensinar. É só dizer adiante o que a gente aprendeu”. Ela tinha experimentado o testemunho, em palavra e ação, de uma comunidade viva. Outro pai, desta vez num contexto rural, expressou a mesma sabedoria quando perguntado sobre como ele ensinava seus filhos: “Eles perguntam: ‘O que é isso e o que é aquilo?’. E a gente vai respondendo”. Este pai sabe muito bem o que fazer. Com certeza não desprezaria um pouco de ajuda da comunidade e da Igreja.

Danilo R. Streck é doutor em Educação, luterano (IECLB) e professor da Escola Superior de Teologia — São Leopoldo/RS.

VÍDEO

O DESAFIO DAS CULTURAS: OITAVO INTERECLESIAL DE CEBS

Um acontecimento, como o Intereclesial, é difícil de ser descrito e lembrado com toda sua riqueza. Por isso é um desafio aceitar o compromisso de realizar um vídeo sobre esses encontros. As imagens do Encontro procuram retratar o calor com que foram vividas, em cada um dos blocos, e durante todo o Encontro, a descoberta da relação entre Cultura e Fé Cristã. Numa perspectiva ecumênica se apresentam os passos que foram dados, as perguntas que foram suscitadas e o que precisa ser mais aprofundado. Tendo em vista o próximo Intereclesial (1997), este vídeo oferece excelente subsídio para reflexão e discussão.

Vídeo: NTSC / Sistema PAL-M / Duração: 27 min / Preço: R\$ 12,66.



O DESAFIO DAS CULTURAS

CEB / PROGRAMA DE APOIO À PASTORAL

No casamento ser feliz será pecado?

Carlos Cunha

Sem entrar no mérito da questão “matrimônio”, cabe relacionar alguns tópicos para concluir com algumas observações de natureza pastoral — de crítica, de sugestão, de reflexão.

Uma teologia bíblica do matrimônio

Como instituição divina podemos relacionar as duas narrativas da criação, tanto a sacerdotal (P) como a javista (J). Sabemos que a primeira é bem posterior à segunda e teve o objetivo de organizar a sociedade e o culto. Na “fonte” sacerdotal, o casamento tem por intenção primeira a reprodução e a fecundidade (Gn 1.28). A javista (2.18) deseja pôr fim à solteirice, à “sozinhidão”.

Vistos estes dois princípios, nada além disso aparece como uma doutrina sobre o casamento na Bíblia. E, através das páginas sagradas, o que se vê é uma sucessão de práticas que, sempre tendo como objetivo a procriação e o povoamento, passam pelo Levirato (o parente fecundar a viúva do parente — Dt 25.5-10); os pais decidirem quem deve casar com os filhos homens; o dote à família da mulher; a poligamia; o repúdio da mulher estéril — sempre a mulher; e outros.

Matrimônio como sacramento

Até o século XII d.C., todas as ações de caráter sagrado eram tidas como sacramentos. Abelardo e Hugo de S. Victor posteriormente relacionam apenas cinco. Mais tarde fixam-se em sete (batismo, confirmação, ceia do Senhor, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio). Esta listagem, até hoje presente na Igreja Romano-Católica, é atribuída a Pedro Lombardo. No século XVI a Reforma retorna aos sacramentos do batismo e da ceia como únicos que detêm base bíblica. Os principais grupos protestantes, embora falem de parassacramentos, fixaram-se nestes dois. Outros grupos, como os batistas, nem sequer aceitam a idéia de sacramentos, falam de ordenanças.

Rejeição do casamento civil

A Igreja Romana, nos países em que era hegemônica, assinou tratados com os governos de tal forma que estes somente reconheçam o casamento religioso católico. Em Portugal isso predominou até o fim da era salazarista. Os casais não-católicos tinham que ir ca-

sar-se em outros países ou permaneciam na qualidade de “amigados” ou “concubinos”. Esta prática se fez presente também em outros países. Em vista da concepção sacramental do matrimônio, ainda hoje a Igreja Católica tem certo desprezo pelo casamento civil, tanto que os separados ou divorciados que não se casaram na religião católica facilmente podem casar-se de novo. Indiscutivelmente essa é uma posição coerente. Como seria coerente também se as outras igrejas valorizassem mais o casamento religioso que o civil. Dentro dos avanços da Lei que valorizam o companheiro e a companheira é de se crer que ela não tem muito que se meter em casamento.

Casamento civil quase um sacramento

Na prática religiosa de grupos não-católicos tem-se valorizado exageradamente o casamento civil. Antes do divórcio no Brasil, na era dos desquites, a coisa era séria. As igrejas não permitiam o casamento de separados e até os excluam da Eucaristia. Os amigados eram considerados adúlteros tal era (e ainda é para os divorciados) a sacralização do casamento civil. As reservas mesmo contra os divorciados ainda permanecem. Há igrejas que somente aceitam casá-los se forem eclesianos da comunidade local e de alguma outra confiável.

Casamento religioso com efeitos civis

Em maio de 1950 a Lei 1.110 estabeleceu a fusão dos dois atos num só. E reconheceu aos padres, aos pastores e aos rabinos o direito de substituírem o juiz. O casal entra com a solicitação em cartório. Este divulga os proclamas publicados no Diário Oficial da Justiça. Nada havendo contra, o cartório expedirá uma Declaração de Habilitação com valor de noventa dias. O ministro religioso, com esse documento, realiza o casamento e emite uma certidão que tem validade de trinta dias. Com ela faz-se o registro definitivo no mesmo cartório.

Por essa lei, na prática, o que o poder civil prestigiou foi a autoridade do ministro religioso e aliviou o trabalho dos juizes, ao mesmo tempo que liberou os casais e seus padrinhos de comparecerem a duas cerimônias. A Lei foi mais longe. Editou nova legislação em 1973 (Lei 6.015) a qual possibilita ao ministro religioso casar sem a prévia autorização do cartório. Os noivos entram com a solicitação e os “banhos” (proclamas) podem ser feitos pela igreja também. Isto reafirma a confiança do poder civil na autoridade religiosa.

Considerações necessárias

A situação presente tem, de um lado, a Igreja Romano-Católica com suas práticas cristalizadas. As exigências que faz, como as que outros grupos fazem, parece dissociarem-se da realidade

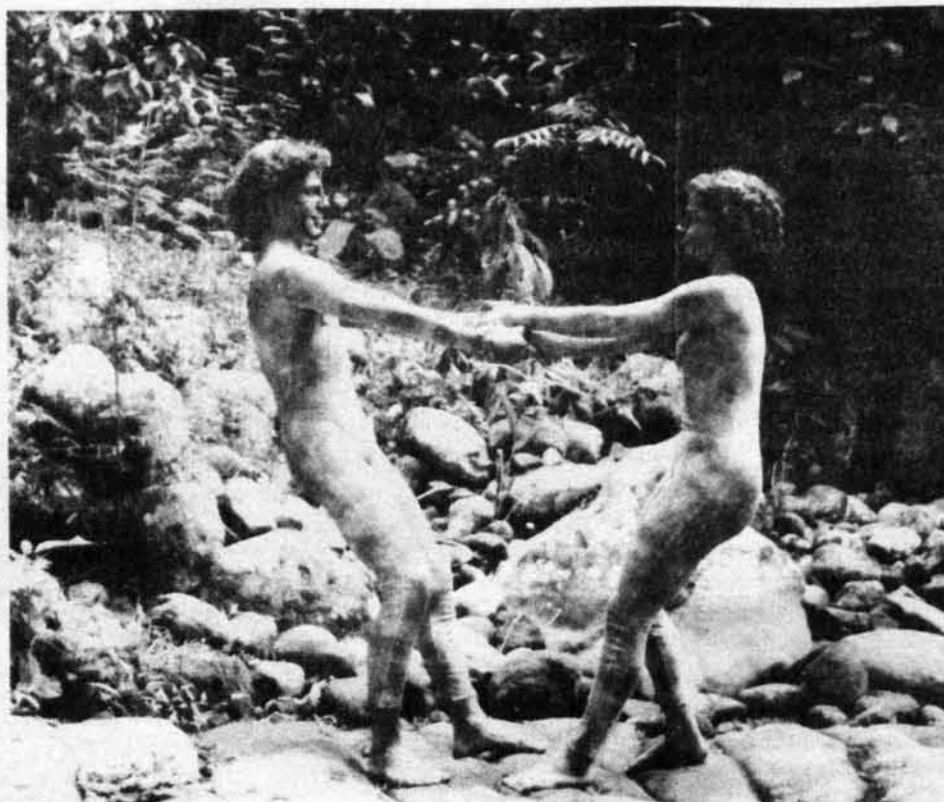
atual. No passado comum o casamento aparece voltado para a liberação das práticas sexuais que se destinam a gerar filhos. A razão bíblica é crescer e multiplicar-se. Entretanto a vida moderna volta-se para o sentido do amar, curtir-se, completar-se. E dois seres podem completar-se com ou sem filhos. Na concepção moderna, a comunhão (“comum união”) é primordial mesmo para possibilitar a “adoção” de outros “filhos” no sentido do serviço ao próximo. Se o objetivo do casamento é a reprodução, os(as) estéreis não devem casar-se. O casamento é para os férteis. Ora, o próprio repúdio da mulher estéril existente na Bíblia é repudiado por Deus. Por outro lado, valorizando a alegria, o prazer, o Sábio afirma: “Goza a vida com a mulher que amas” e também “come com alegria o teu pão e bebe gostosamente o teu vinho” (Ec 9.7-9).

Afinal o que é o casamento? Nada mais que duas pessoas que desejam viver uma para a outra e construir juntas a sua própria vida. A rigor as igrejas, ao invés de criarem dificuldades, deviam facilitar-lhes a vida em comum. Muitas vezes abençoam-se o sucesso, o lucro, a vitória sem questionar os elementos que estão por trás que até podem ser ganhos ilícitos, exploração do trabalho humano e outros. Enquanto que para abençoar um casal se fazem condicionamentos de ordem supostamente moral. Será que é porque o casamento está profundamente vinculado a sexo (coisa imunda)?

Uma estorinha

Certa vez dois jovens me procuraram. Queriam casar-se e eu os convidei para um bate-papo. Comecei fazendo uma ficha de ambos. Quando perguntei ao rapaz a religião dele, ele me indagou: “Devo mentir?”. Eu lhe disse que não. “Então já vi que o senhor não vai me casar”. Eu, prontamente: “Só se vocês não quiserem”. Ela era católica e ambos já vinham de outras igrejas. Quando ele dizia a religião, eram recusados. Curioso ainda mais, eu insisti em saber a religião dele. Ele disse que era muçulmano. Sorrindo, eu lhe disse que o Deus em que eu cria gostava muito dos muçulmanos também. Casaram-se e são felizes.

Carlos Cunha é pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI e de KOINONIA.



Em busca da unidade evangélica

I CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BRASILEIRA

Alexandre Brasil Fonseca

Com o tema central "A Igreja Evangélica na virada do milênio: A missão da Igreja num país em crise", ocorreu em Brasília, de 18 a 24 de julho, o I Congresso Nacional da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), com a presença de 1.500 participantes.

Como objetivos do Congresso foram apontados quatro itens: discernir a vontade de Deus quanto à missão; celebrar a fidelidade de Deus para com o seu povo; aceitar o desafio de viver a fé em meio à crise; e buscar rumos para uma espiritualidade cristã integral. Cada dia do Congresso foi dedicado a um assunto: evangelização, espiritualidade, ministérios criativos e ética. Entre os palestrantes houve uma boa amostra do espaço da Associação entre os evangélicos, os quais incluem: João de Souza, Valdir Steuernagel, Jeremias do Couto, Dora Eli, Antonio Elias, Elienai Cabral, Arzemiro Hoffmann e Ricardo Gondim.

Diversidade salutar

Na tentativa de representar os evangélicos, a AEVB colocou grupos divergentes lado a lado. Para falar sobre espiritualidade, Valnice Milhomens, identificada com a Teologia da Prosperidade, e Neuza Itioka, responsável pela divulgação da batalha espiritual e de questões acerca de maldições hereditárias, divergiram de Osmar Ludovico e Ricardo Barbosa, os quais defenderam uma espiritualidade que se mostra menos triunfal e mais humana.

Como explicou o pastor Osmar Ludovico, coordenador da equipe responsável pela programação, "a AEVB pretende ser um órgão representativo do mundo evangélico. E o mundo evangélico abarca uma gama de teologias e posturas muito amplas. Está aí a razão de um programa como o do Congresso, que tem nomes que possivelmente não se encontrariam num outro lugar e que têm até mesmo posturas diametralmente opostas, mas que, num clima de tolerância, estão aprendendo a se conhecer um pouco".

Em relação à composição do Congresso, o bispo Paulo Ayres Mattos forneceu a melhor ilustração. Em alusão à arca de Noé, Ayres afirmou que após o período do dilúvio a arca, com seus muitos animais, não era um local agradável para se estar, mas era o único lugar para se estar. Em relação aos evangélicos, a AEVB é o único lugar possível onde estes podem conviver.

Para o também bispo metodista Nelson Leite, a necessidade de convivência dos diferentes grupos é algo desejado como continuidade do Congresso na busca de se ampliarem e se aprofundarem os temas debatidos. "Percebemos que existem muitos pontos em que há conflito e que não há entendimento por falta de conhecimento. Deus nos chama para nos assentarmos com responsabilidade, com as nossas posições divergentes, à luz da Palavra e da nossa experiência, e partilharmos", destacou o bispo.

Um dos interessantes momentos do Congresso foi a discussão sobre ética. O sociólogo Paul Freston abordou o momento histórico em que vive a Igreja Evangélica. Criticando os movimentos ligados à Teologia da Prosperidade e à guerra espiritual, Freston apontou que a preocupação da Igreja não pode ser com o "crescimento dos evangélicos no País, mas com o crescimento do Evangelho", que implica ação da Igreja como "sal da terra". Freston também questionou o apoio de evangélicos a Collor nas últimas eleições presidenciais e a omissão destes durante o processo de *impeachment*.

Desejo de representatividade

Outro tema abordado foi a explosiva relação do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB) com a AEVB. Freston apelou para que não ocorra uma individualização nesta polêmica, já que a AEVB não se resume ao pastor Caio Fábio D'Araújo Filho, e não é nesse episódio que a sua organicidade será posta em prova. Também foi defendido que é o momento de a AEVB centrar sua identidade na Teologia da Missão Integral da Igreja, saindo da postura, adotada até então, de ser um abrangente leque. Com a existência do CNPB esta abrangência está comprometida.

A AEVB comemora seu terceiro ano de existência, e marca o início do segundo e último mandato de Caio Fábio como presidente. O desejo de representação perante a sociedade foi um dos grandes motes que levou à formação da entidade. A unidade foi buscada nas mínimas questões, inicialmente em atividades de entidades paraeclesias-

cas e em encontros como o Congresso Brasileiro de Evangelização (1983) e o Congresso de Lausanne (1974), um dos principais referenciais na criação da Associação.

Este tom evangélico marcou o início da AEVB, contudo a política adotada pela Associação foi a de ser o mais abrangente possível, buscando aceitação em um maior número de grupos evangélicos. Esta política rendeu alguns resultados, como a filiação de denominações nacionais (Metodista, Congregacional, Nova Vida), além de importantes lideranças de diversas igrejas, como demonstram as diretorias regionais formadas pela entidade.

Esta busca de um referencial perante

atualmente por um processo de carismatização, o qual tem sua propagação por meio das rádios, TVs e livrarias. Paralelamente também ocorre o crescimento do que ele denomina "pentecostalismo folclórico", expressão que busca aproximar-se ao máximo da cultura brasileira, acabando por sincretizar-se. A esta realidade somam-se 50 grandes denominações e 600 pequenas, assim a definição da identidade evangélica passa a ter sentido somente por meio de negações. O que não é católico, espírita ou afro é evangélico.

Este complexo quadro exige que existam referenciais e limites para a unidade. Desta forma a AEVB marca posição e defende uma unidade com "objetivos espirituais e sociais, formal e relacional, preocupada com a imagem pública". Caio Fábio concluiu indicando referenciais doutrinários mínimos — centralidade da encarnação, cruz, ressurreição e revelação neotestamentária — e limites éticos máximos — finanças, moral e caráter — na busca de unidade da AEVB. Assim é colocada a divergência pontual entre a AEVB e o CNPB: enquanto o CNPB defende uma efetiva participação política, a AEVB nega essa intenção. Para marcar ainda mais essa divisão existem dúvidas em relação à ética financeira da Igreja Universal e pesa a sua provável caracterização como uma "igreja pentecostal folclórica".

O I Congresso da AEVB serviu para indicar várias questões que estarão em pauta entre grande parcela da Igreja Evangélica nos próximos anos. Contudo, um ponto que merece destaque é a confirmação definitiva da distância entre a AEVB e o CNPB. Esta beligerante divisão entre os evangélicos é, no mínimo, curiosa, e suas consequências são uma incógnita. Será que estamos à porta de uma "guerra santa" em busca da legitimidade de representação do povo evangélico? A AEVB certamente já alcançou projeção suficiente como representante evangélica. Resta saber se terá condições e maturidade para enfrentar os ataques e ações do poder da mídia, financeiro e político que a Igreja Universal e o seu CNPB possuem.

Alexandre Brasil Fonseca é cientista social e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI e KOINONIA.



O pastor Caio Fábio vai presidir a AEVB até 1997

a sociedade é um dos maiores desejos dos evangélicos, que vivem em meio a generalizadas acusações da imprensa. Nesta busca de um "melhor espaço" na mídia, a AEVB vem tendo uma atuação altamente satisfatória: enquanto a imprensa trata a Igreja Universal do Reino de Deus de forma suspeitosa, as realizações da AEVB e da Visão Nacional de Evangelização (Vinde), "ONG evangélica" que Caio Fábio preside, vem merecendo um destaque positivo. Nos últimos meses, o líder presbiteriano vem-se firmando como porta-voz do povo evangélico.

Limites para a unidade

O Congresso da AEVB foi encerrado com uma exposição de Caio Fábio, que fez uma retrospectiva da Igreja Evangélica brasileira, relembrou a chegada dos primeiros grupos protestantes e as diferentes fases que viveram. Identificou que as igrejas históricas passam

A propósito de exorcistas e “amarradores” de demônios

Leonildo Silveira Campos

O mercado de bens simbólicos ligado a demônios, anjos da guarda, duendes, fadas, etc, está em plena expansão. Há uma enorme demanda por livros, filmes, discos, fitas-cassete, vídeos, gravuras, imagens, quadros, chaveiros, peças de roupas e decalques relacionados com tais temas. Mesmo entre os protestantes, que, por seu antitolicismo, sempre foram comedidos em fazer comércio de aspectos de sua fé, têm aparecido inúmeros produtos relacionados com elementos místicos da vida religiosa.

Temos observado protestantes que têm colocado em seus carros e casas decalques com dizeres como: “Drogas matam”; “Cristo Salva”; “Cristo é Vida”; e “Amarrados em nome de Jesus”.

Há, por toda a parte, um reencantamento do mundo que até poucas décadas atrás era considerado secularizado e pós-religioso. Parece que já estão distantes os dias em que Rudolf Bultman escreveu: “Graças ao conhecimento que hoje temos das forças e leis da natureza, liquidou-se a crença nos espíritos e nos demônios” (*Novo Testamento e Mitologia*).

Vivemos um período de “revanche do sagrado” dentro de uma cultura ingenuamente considerada profana e secular.

A existência dessa demanda indica que as pessoas estão buscando explicações fáceis para problemas complexos. Há uma intensa procura por conhecimentos utilitaristas e mágicos que possam ajudá-las a dominar uma situação que foge aos quadros da lógica e da cognição tradicional. As mudanças e transformações rápidas desorganizaram as maneiras consagradas que usualmente eram empregadas para crescer, entender e explicar o mundo no qual as pessoas viviam. Esse colapso das estruturas explicativas exigiu novas visões de mundo, conjunto de sentido, os quais não mais estão sendo produzidos pelas instituições religiosas tradicionais. As novas ordens simbólicas se constroem *extra muros ecclesiae*.

Entretanto, a substituição de uma forma de se ver o mundo por outras não é fenômeno indolor. Muito pelo contrário, as pessoas sofrem terrivelmente quando isso acontece. O radar cognitivo que orienta os indivíduos e grupos sociais entra num processo de delimitação do universo simbólico, gerando no-

vas fronteiras, descobrindo inimigos que possam balizar novos mapas. É nessa situação que surgem sistemas de estigmatização e de acusações, resultando em maneiras diferentes de se exorcizarem os inimigos descobertos.

O protestantismo brasileiro, especialmente aquele mais próximo do tipo ideal criado por Rubem Alves sob o título de “Protestantismo da Reta Doutrina”, se encontra atualmente em desconfortável situação. Muitos de seus inimigos tradicionais desapareceram, juntamente com muitas de suas certezas racionais. As suas bases se movem sob uma forte pressão de movimentos rotulados de “carismáticos”. Suas congregações diminuem em tamanho, e um pânico toma conta de um novo clero, rigorosamente incapaz de entender o que está ocorrendo à sua volta. Como sintoma desse mal-estar há uma disseminada preocupação de identificar, caçar, exorcizar demônios e até tentar explicar o renascimento de um personagem que andava fora de moda na literatura protestante até a metade deste século.

Hoje pode-se constatar o surgimento de uma subcultura protestante que faz da temática dos demônios o centro de sua pregação. Nesses meios atribui-se ao Diabo tanto a destruição de vidas como também ações frívolas como “furar pneus dos carros dos crentes que estão a caminho do templo”, “bater portas e janelas na hora do culto para atrapalhar o sermão”, “queimar o aparelho de som na hora do ‘louvorão’ empreendido pela mocidade”, “ocasionar desemprego”, etc. etc. Uma vez identificado o inimigo as coisas são mais facilmente compreendidas.

Este artigo pretende analisar uma frase típica que esses grupos empregam ao iniciar o culto com uma enfática fórmula de exorcismo, que exclui os demônios do ambiente sagrado do templo, declarando: “Os demônios estão amarrados, em nome de Jesus!”. Com isso o culto se inscreve numa zona de segurança da qual Jesus Cristo e o Espírito Santo são os guardiões. É interessante que a preocupação em se construir um espaço litúrgico isento de impurezas e de inimigos existiu tanto em cultos pagãos que antecederam ao cristianismo como também em religiões afro-brasileiras. Nos terreiros de umbanda pode-se observar, logo na entrada, uma pequena casinha com um cadeado onde está devidamente instalado

e contido o travesso Exu. Ele é um herói ambíguo e pode tanto proteger como prejudicar a cerimônia. Devidamente “amarrado” ele deixa de atrapalhar e sua força mágica é colocada a serviço dos que lhe oferecem comida e sacrifícios. A defesa cerimonial inclui a defumação individual, garantia de que alguém está imune às ações maléficas dos *exus*.

Os demônios nos arraiais protestantes

Inúmeras comunidades pertencentes ao protestantismo histórico estão passando por um processo de pentecostalização, realidade essa camuflada sob a expressão “reavivamento religioso”. Entretanto, nos cultos das comunidades submetidas a esse processo, há, ao lado da redescoberta emotiva dos valores religiosos, uma enorme preocupação com a ação dos demônios. Usualmente há em seus cultos uma inflação de referências ao Diabo. Às vezes fala-se mais de demônios do que de Deus, provocando, em certos casos, uma verdadeira histeria. Quando isso ocorre, não somente a linguagem como também o horizonte de vida dessas pessoas se tornam saturados de “intervenções malignas”.

Apenas para exemplificar, citamos um artigo publicado numa revista dos adventistas da promessa, em que a articulista faz referência a “demônios que são trazidos para a casa quando as pessoas adquirem brinquedos, peças de artesanato e até plantas, comprados em feiras *hippies* e feitos por pessoas que

não conhecemos”. Ela conclui dizendo que são “verdadeiros alojamentos de demônios” (Myrian A. Fuqui, “Encantamento para todos os gostos”, in *Clarín*, Ano XXIII, n. 42, maio-junho 1993, p. 21). Para atender a tais demandas surgem pastores e pregadores “especializados em demônios”. Demonologistas “eméritos” são convidados para dar cursos especiais; livros com “as melhores técnicas de exorcismo” passam de mão em mão; e pastores gastam um tempo enorme catequizando e teorizando sobre a origem, ação e destino desses seres infernais.

Uma inovação foi recentemente introduzida nas teorias demonológicas: os demônios familiares. Essa teoria garante que a ação de certos demônios acompanham algumas famílias ao longo de várias gerações, e fazem com que os descendentes herdem demônios de seus antepassados. Para eliminar esse mal a teoria propõe cerimônias de exorcismos de “demônios familiares”.

Vários grupos pertencentes ao movimento neopentecostal têm feito do exorcismo a principal parte de seu trabalho religioso. Para eles o demônio é o responsável pela quebra da ordem natural das coisas. Deus fez os seres humanos para terem saúde, vida boa, prosperidade e muita felicidade. Se não há nada disso é porque o diabo está agindo e, conseqüentemente, precisa ser exorcizado. Nesse tipo de discurso o diabo é apresentado como uma metáfora, pois personaliza a desordem e o mal-estar espalhados por toda parte. Ele enreda as pessoas em seu laço. Por esse motivo elas não crescem e nem prosperam na vida. Deus é garantia de libertação, pois a sua ação visa desamarrar o indivíduo das amarras do diabo e inverter a situação amarrando por sua vez o próprio diabo numa teia da qual Deus mantém o controle. Devidamente amarrado, o inimigo deixa de promover a desordem e o caos. A ordem natural das coisas é reinstalada. O cosmo readquire sentido e coerência. As emoções são reorganizadas a partir de um novo prisma, a sociedade é novamente hierarquizada.

Dessa forma, o demônio que estava proscrito da racionalidade do protestantismo histórico é reintegrado na ordem simbólica que o neopentecostalismo constrói. De uma situação de “inexistência prática”, o diabo se torna um ator bem real, participante dos insucessos da vida moderna. A personificação



O vale-tudo no comércio da fé

Toninho Muricy

e a historização do mal trazem para a vida cotidiana das pessoas aqueles conceitos metafísicos, que pairavam acima dos indivíduos. Em outras palavras, uma realidade inatingível se torna palpável e realidades existentes e não explicadas anteriormente recebem nomes. Os desarranjos da vida como doenças, desemprego, dificuldades econômicas, tudo tem uma causa, e o remédio não custa tão caro assim! Nada mais coerente e nenhum outro espaço se apresenta ao crente tão isento de contradições. Ele tem certeza e a vida se torna para ele carregada de sentido, dentro de um mundo de incertezas e de contradições. Para tais crentes, desde que o acesso à ordem racional lhes foi negado, nada mais coerente do que pensar que “os demônios estão detidos e amarrados, em nome de Jesus!”.

Uma teologia própria para novos tempos

Tornou-se moda durante certa época explicar o esvaziamento da religião, eclesiasticamente centrada, por meio do conceito “secularização”. Acreditava-se que a humanidade, graças à ciência e à tecnologia, estava entrando num período de maturidade no qual não mais haveria lugar para a religião. Os cristãos deveriam-se inserir nesse novo clima cultural e lutar para que a secularização não se deturpasse num simples processo de secularismo. Nos anos de 1960 e 1970 muitos cristãos se tornaram adeptos de um humanismo secularista que praticamente dispensava a ação divina na história, pelo menos na forma como tradicionalmente era concebida. A história, nessa visão, se tornou o lugar da ação privilegiada do homem e do conhecimento por ele elaborado — a ciência.

Nos anos seguintes, apareceram nos Estados Unidos os “evangelistas eletrônicos”. Alguns deles conseguiram fazer a síntese entre o pentecostalismo e o fundamentalismo. Trabalhando em cima da idéia de que o cristão vive a sua espiritualidade numa situação maniqueísta, esses pregadores colocavam, de um lado, o materialismo ateu, apoiado pelos “liberais”, e, de outro, os cristãos “nascidos de novo”, ou “portadores da segunda bênção”.

No Brasil, a teologia dos “televangelistas”, nascida em tempos de “guerra fria”, encontrou ambiente propício para seu crescimento. Vivia-se então o período final de duas décadas de ditadura militar, quando a sociedade incorporou uma dicotomia que dividia “cristianismo” e “materialismo ateu”. O comunismo era o responsável pelo surgimento

da desordem na história. Entretanto, o País começou a sentir os efeitos devastadores de políticas econômicas desfavoráveis aos interesses populares. Milhões de pessoas, instaladas nas cidades, começaram a sentir um enorme desconforto. Cresceram assustadoramente o desemprego e a violência, criando-se um grande anseio por soluções mágicas para os problemas econômicos e sociais. O pentecostalismo, nessa época, cresceu rapidamente, assustando o protestantismo histórico. A mensagem pentecostal era simples e direta, avessa às complicações teológicas. O seu produto era o mais apropriado para um mercado sedento de um espaço religioso isento de burocracia, teorizações e contradições.

Nesse contexto surgiu a Igreja Universal do Reino de Deus, oferecendo uma espécie de síntese brasileira de modelos simbólicos, elaborada a partir de uma “cesta básica” que incluía catolismo popular e religiões afro-brasileiras.



A temática da expulsão de demônios tem-se tornado centro da pregação de líderes religiosos

Os crentes tradicionais, vivendo nesse contexto, passaram a sentir que o terreno antes firme estava cedendo. Novos ventos colocavam em perigo a sobrevivência de seu campo religioso. Sentiam ser necessário refugiar-se em explicações que reordenassem o universo simbólico, agora em perigo. A explicação demoníaca caiu como uma luva e passou a ser usada para dar conta de uma confusa realidade. Uma nova liturgia e espiritualidade começaram a penetrar nas comunidades do protestantismo histórico. Algumas novidades foram sendo incorporadas, tais como: “milagres”, “exorcismo”, “dente de ouro”, “óleo dourado”, “água do Rio Jordão”, “pétalas de rosa de Saron”, práticas esdrúxulas, como por exemplo, tomar banho em sal grosso para “fechar o corpo” contra demônios e assim por diante. Para os crentes essa nova lógica não somente tudo explica como também oferece outras chaves hermenêuticas para se ler a Bíblia. A emoção passou a ser o ponto de partida para qualquer julgamento sobre quem é ou deixa de ser cristão.

Com o ressurgimento dessas antigas crenças criou-se uma espécie de subcultura protestante que enfatiza muito mais que o “exorcismo”. Não basta expulsar demônios, há que amarrá-los para que não voltem. Para evitar que os demônios escapem tece-se uma rede de proteção ao redor deles, cujos fios simbólicos se articulam ao redor da “cruz de Cristo” e de seu “poderoso sangue”, tudo devidamente “selado” no “nome de Jesus”. Daí a existência de adesivos tendo ao lado dos dizeres uma corda com um nó e a expressão: “Amarrado em nome de Jesus”.

Para demônios rebeldes, um deus amarrador!

Deus amarrador é uma figura comum nas religiões pagãs indo-europeias e entre os vedas na Índia. Mircea Eliade, notável historiador e estudioso das religiões comparadas, os analisou num texto intitulado “O Deus amarrador e simbolismo dos nós” (cf. *Imagens e símbolos*, Martins Fontes, 1991). Para ele não se trata de uma crença de origem cristã e antecede em dezenas de séculos a crença israelita no Deus Javé. Na antiga mitologia indo-européia, *Varuna* era um deus terrível, especialista na magia dos nós e na arte dos laços, era mesmo um “mestre das amarras”. Nas cerimônias pagãs ele era sempre representado com uma corda nas mãos. Na Índia havia também a crença em *Indra*, amarrador de demônios, das forças

da morte e sobretudo das doenças. Os crentes deveriam iniciar suas cerimônias religiosas invocando os deuses amarradores para que eles desfizessem os nós feitos pelos demônios. O ato de amarrar também era símbolo de vassalagem. Depois de amarrado o ser atado se tornava vassalo de quem o amarrou. *Urano*, deus grego, também era conhecido como um deus amarrador. Na Babilônia, *Nisaba* era invocada para amarrar os demônios das doenças. Por esse motivo dar nós em cordas e barbantes se tornou um amuleto muito usual na prática humana do exorcismo do medo. A escatologia iraniana também faz referência ao rebelde *Ahriman* que acabou vencido e amarrado por *Fredum*.

A crença e invocação de um Deus que amarra tem, portanto, uma história que vai além dos limites imediatos que a fé pentecostal indica. Ela passa pelos antecedentes pagãos e também pela apocalíptica judaica. Inúmeros textos judaicos fazem referência ao ato divino de amarrar demônios (cf. 1 Enoque 10.4-6; 18.2-16; 19.1-2; 21.1-6; 54.5-6; Tobias 8.3; Jubileus 23.28; Testamento de Levi 18.12). Na literatura

apocalíptica cristã o milênio somente se torna possível após a prisão do diabo que andava, até então, solto sobre a Terra, como se fosse um leão (imagem do autor de 1 Pedro 5.8). Em Apocalipse 20.1-3, finalmente um mensageiro de Deus o amarra, colocando nele uma corrente e sobre ela um selo (sinal de autoridade real sobre os súditos). O autor de Judas 6 também diz que há anjos rebeldes amarrados, aguardando o julgamento final.

A teodicéia pentecostal, ao declarar que os “demônios estão amarrados em nome de Jesus”, não somente incorpora antigos mitos e crenças como também apresenta ao ser humano, em vertigem diante de forças que lhe são desfavoráveis, uma mensagem de notável força existencial. O mal-estar tem nome, os agentes do mal podem ser limitados em sua ação, o exorcismo dá ao crente a certeza de que “se Deus é por nós, quem será contra nós?” (palavra de ordem que em várias comunidades pentecostais é repetida constantemente nos cultos). Nesse caso, a fala se torna uma arma poderosa, um instrumento de guerra simbólica, uma excelente forma de aglutinar pessoas ao redor de uma retórica que persuade e, mais ainda, eficientemente reorganiza o pensamento e as emoções humanas.

A figura do diabo, oficialmente aceita pela teologia racionalista de diversos círculos protestantes, porém esquecida na prática, retorna ao importante posto simbólico que sempre ocupou; e essa volta foi feita com um enorme estardalhaço. Sobre as causas sociais do grande sucesso do diabo nos dias de hoje, fica para uma outra oportunidade. Por ora, basta lembrarmos que os grupos sociais experimentam os problemas históricos de forma desigual. A percepção e a interpretação das origens dos problemas também não coincidem. O que é válido para um grupo não o é para outros. Há explicações que fogem às concepções racionais e usuais de um grupo social, mas que são perfeitamente aplicáveis a outros. Enquanto essas condições sociais persistirem, haverá pessoas que precisarão de “deuses amarradores”, que garantam a liberdade dos seres humanos. A sensação de liberdade exige que se “amarrem”, ou que se tornem inoperantes todos aqueles sujeitos percebidos como contrários e perigosos à manutenção dessa utopia. Daí a necessidade de se “amarrar os demônios” que estão soltos!

Leonildo Silveira Campos é pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, professor no Seminário Teológico de São Paulo e doutorando em Ciências Sociais e Religião no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião (São Bernardo do Campo/SP).

A reforma protestante

Mário Bueno Ribeiro

E ninguém deita vinho novo em odres velhos; doutra sorte, o vinho novo rompe os odres e entorna-se o vinho, e os odres estragam-se; o vinho novo deve ser deitado em odres novos. (Marcos 2.22)

O cristianismo primitivo tinha como marca fundamental a participação do povo em todos os atos litúrgicos e celebrativos. Os cristãos partiam o pão de casa em casa, oravam juntos, preocupavam-se com o próximo em suas necessidades fundamentais. O fato de viverem em comunidade garantia-lhes a simpatia dos demais concidadãos. A tentativa de ruptura dessa fraternidade e estilo de vida é percebida no episódio de Ananias e Safira (Atos 5) que receberam duro castigo por esse intento.

Com o passar dos séculos a Igreja foi crescendo e se distanciando de seu ideal primeiro. A antiga comunidade de fiéis em Cristo Jesus se tornara uma estrutura muito poderosa, aliada às estruturas sociais, com vários cargos acessíveis apenas a alguns escolhidos. A comunidade "povo de Deus" ficava cada vez mais distante, e o acesso e participação do povo nas celebrações já não mais havia. O modelo de Igreja implementado pelos apóstolos cessara, e uma das marcas da Igreja era o seu esvaziamento. As prédicas dos sacerdotes eram realizadas em uma língua incompreensível para o povo (latim); a Bíblia era desconhecida pela maioria do povo; e na igreja somente os sacerdotes cantavam nas celebrações. A superstição era abundante e a Igreja dominava sem muita oposição.

Diante de todos esses e outros problemas começaram a se levantar vozes de protesto e de exigências de um novo modelo de Igreja. Intelectuais como os pré-reformandos Wicliff e Huss, os flagelantes e outros, levantaram suas vozes contra a Igreja hierárquica da qual somente os ricos tinham condições de usufruir. Como pode existir uma Igreja para o povo se este não pode participar dela? Que fazer para surgir um novo modelo de Igreja que responda aos anseios espirituais do povo? A resposta estava na urgência de uma reforma, de uma nova estrutura organizacional que levasse em consideração o povo.

Reforma Protestante: o que foi isso?

Nesse contexto de insatisfação surgiu Martinho Lutero, um monge da Ordem de Santo Agostinho que, irritado com os abusos da Igreja, começou a refletir sobre a sua própria espiritualidade e se descobriu participante dessa Igreja que precisava de uma reforma urgente. No dia 31 de outubro de 1517 Martinho Lutero afixou na porta da Igreja do Castelo de Wittemberg as suas 95 teses contra a Igreja. Este foi o início formal da Reforma Protestante. Em uma profunda experiência com Deus, Lutero descobriu na Bíblia, depois de ter afirmado até mesmo que odiava a Deus, que "o justo viverá pela fé" (Rm 1.17). Ao descobrir essa verdade, Lutero lançou as bases de sua doutrina sobre a "justificação pela fé" e afirmava que esta fé justificadora não era simplesmente acreditar em Deus mas sim confiar, relacionar-se intimamente com ele. Lutero descobriu também que a "justificação pela fé" era obra e iniciativa exclusiva de Deus que, pela sua "graça", perdoava o ser humano pecador que a ele se achegava.

Além da "justificação pela fé", Martinho Lutero propôs outras duas questões que eram urgentes para que uma nova estrutura de Igreja pudesse surgir: o "sacerdócio universal de todos os fiéis"; e "a Bíblia como única regra de fé" (*sola scriptura*). Com isso quis

afirmar que a participação nas celebrações não era privilégio somente dos sacerdotes. Todo o povo poderia participar dos cultos, cantar, ler a Bíblia, etc. Era o triunfo do exercício da espiritualidade renovada.

Em suma, Lutero afirmava que a justificação era pela fé e não pelas obras, que a Bíblia era a regra de fé e prática dos fiéis e não a tradição da Igreja, e que o sacerdócio era de todo o povo de Deus e não somente da hierarquia ou dos clérigos da Igreja. As mudanças foram tremendas: o povo começou a participar das celebrações, a Bíblia foi traduzida para o idioma da população, os cânticos congregacionais substituíram o coro dos monges e muitos leigos se tornaram líderes nas igrejas da época.

Outros homens se levantaram em outras regiões da Europa como reformadores da Igreja. Foram eles Calvino e Zwinglio (fundadores da Igreja Reformada na Suíça), John Knox (fundador do presbiterianismo na Escócia), entre outros.

Desafios para a Igreja hoje

A velha roupagem da Igreja necessitava ser trocada, e isso aconteceu pela coragem de homens como Lutero. O evangelista Marcos nos relata o confronto de Jesus com os escribas e fariseus, mostrando a incompatibilidade da nova do Evangelho com um sistema cristalizado de religiosidade. Jesus fala de uma nova roupagem, de um vinho novo com tremendo poder de fermentação insuportável para odres velhos. A mensagem de Martinho Lutero caiu como vinho novo dentro de um odre velho e supostamente cristalizado. O odre não agüentou, aconteceu a ruptura. A Igreja em sua estrutura hierárquica não agüentou uma mensagem nova, uma proposta de um novo modelo de Igreja.

É muito claro que em todo o processo de reforma da Igreja, Lutero cometeu muitos erros. No entanto, ele tinha "pureza de intenção" ao defender o surgimento de uma Igreja nova. Aprendeu com seus erros, e a Igreja da atualidade deve também, à semelhança de Lutero, agir com "pureza de intenção" e aprender com seus erros.

Outro risco que a Igreja corre como herdeira da Reforma é o seu esfriamento e esvaziamento. Para se evitar isso, é necessário que ela jamais se cristalice ou tome as formas de uma estrutura dogmatizada e hierárquica. A Igreja é do povo e para serviço do povo. Rubem Alves escreve que o "protestantismo introduziu um discurso com uma nova temática que colidia com os arranjos teológico-ideológicos dominantes em toda a Idade Média. Foi o rompimento, o protesto de Lutero contra a escravização imposta pela Igreja medieval". A redescoberta do cristianismo em sua essência era, para Lutero, o encontro da liberdade. O cristão é um homem livre, e aquele que se submete ainda não compreendeu o Evangelho, o vinho novo, a substância poderosa que faz romper estruturas arcaicas escravizadoras e opressivas.

O grande sonho de Lutero ainda deve ser o sonho da Igreja hoje. A Reforma não pode ser esvaziada. É tarefa da Igreja fugir do saudosismo e manter acesa a chama reformadora e ser e ter como ideal constante uma "*ecclesia reformata, semper reformanda*".

Mário Bueno Ribeiro, pastor metodista, é mestrando em História da Igreja pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião (São Bernardo do Campo/SP).